

A grafia usada nos livros didáticos oitocentistas: representação pseudoetimológica ou etimologizante?

(Spelling used in nineteenth-century textbooks:
pseudo-etymological or etymologizing representation?)

Monalisa dos Reis Aguiar

Universidade do Estado da Bahia (UFBA)

monalisareis@uol.com.br

Abstract: In this work, by means of analyzing terms used in the textbooks most widely circulated in Brazil in the nineteenth century, we aim to verify the extent to which the spelling of the period can really be considered pseudo-etymological, as part of the literature on the subject considers it to be. To do so, we relied on the support of the theoretical assumptions of the History of Linguistic Ideas, and we examined terms taken from three textbooks written for primary education of the era: *Cartilha da Infância*; *Cartilha Nacional*; and *Primeiro Livro de Leitura*. In the methodological approach, we followed the principles proposed by Auroux (1992, p. 13): purely phenomenological definition of the object; epistemological neutrality; and moderate historicism. Therefore, we did not examine spelling as an object of stable nature, but rather, it was examined with consideration for the diversity and the knowledge constructed upon it, since, because it is a product of history, spelling is a result of the interaction between traditions and context.

Keywords: spelling; pseudo-etymology; etymologizing.

Resumo: Neste trabalho, por meio de análise dos vocábulos utilizados nos livros didáticos de maior circulação no Brasil oitocentista, objetivamos verificar em que medida a grafia do período pode realmente ser considerada pseudoetimológica, conforme considera parte da literatura sobre o assunto. Para tanto, apoiados nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, examinamos vocábulos retirados de três livros didáticos direcionados ao ensino primário da época: *Cartilha da Infância*; *Cartilha Nacional*; e *Primeiro Livro de Leitura*. No percurso metodológico, seguimos os princípios propostos por Auroux (1992, p. 13): a definição puramente fenomenológica do objeto; a neutralidade epistemológica; e o historicismo moderado. Sendo assim, a ortografia não foi vista como um objeto de natureza estável; ao contrário, foi vista levando-se em conta a diversidade e os saberes sobre ela constituídos, pois, por ser um produto histórico, a ortografia é resultante da interação entre as tradições e contexto.

Palavras-chave: ortografia; pseudoetimologia; etimologizante.

Considerações iniciais

É comum encontrarmos na literatura que trata da história da ortografia portuguesa autores que se referem à ortografia do século XIX como etimológica e, principalmente, como pseudoetimológica. Neste trabalho, por meio de análise dos vocábulos utilizados nos livros didáticos de maior circulação no Brasil oitocentista, objetivamos verificar em que medida a grafia do período pode realmente ser considerada pseudoetimológica.

Selecionamos, como *corpus* deste estudo, o *Primeiro Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho, e duas cartilhas utilizados no ensino primário, *Cartilha da Infância*, de Thomaz Galhardo, e *Cartilha Nacional*, escrita por Hilário Ribeiro, pois são obras com maior

representatividade no país devido ao número de edições¹ e devido à indicação (aprovação) por parte dos censores encarregados de averiguar que livros seriam adotados oficialmente nas escolas.

Desse material, as palavras selecionadas para análise são aquelas cujos grafemas foram alvo, ao longo da história da ortografia, de discussões e desacordos: letras geminadas (nn, cc, ff, ll, etc.), mudas (h, mn, gn, cq, cç, etc.), aspiradas greco-latinas (ph, rh, th), o emprego de y, i, o uso de ditongos e o uso de *s – z, j – g*. Embora todas as palavras que se enquadram nessa categoria tenham sido examinadas no percurso analítico da pesquisa de doutorado anteriormente realizada, da qual o estudo que se apresenta agora é um recorte, apresentamos aqui apenas uma amostragem dos vocábulos analisados devido às limitações típicas desse tipo de trabalho. Sendo assim, trataremos do uso do *h*, das aspiradas greco-latinas *ph, rh, th* e do uso dos ditongos.

A investigação das palavras escritas de acordo com a etimologia deu-se por meio de dois dicionários etimológicos: um publicado no século XIX, *Diccionario da Lingua Portuguesa*,² de Antonio de Moraes Silva (1858), e outro publicado no século XXI, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*,³ de Antônio Geraldo Da Cunha (2007). Buscamos também as normas ortográficas prescritas nas gramáticas da época: *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro; *Grammatica Descritiva*, de Maximino Maciel; *Grammatica da Lingua Portugueza*, de Manuel Pacheco da Silva Jr. e Boaventura Plácido Lameira de Andrade, e *Grammatica Portugueza*, de Alfredo Gomes.

Das categorias: variação etimologizante, variação grafo-fonética e variação gráfica-livre

É no século XII que surgem os primeiros documentos escritos em português, período em que a grafia dos vocábulos não apresentava sistematização. Conforme as palavras de Ismael Coutinho (1981, p. 71), “a língua era escrita para o ouvido”. Os escritores ou copistas objetivavam facilitar a leitura e, por essa finalidade, faziam o possível para dar ao leitor a exata impressão da representação da fala.

Quando os estudos humanísticos emergiram, surgiram também o erudatismo e a febre da imitação dos clássicos latinos e gregos; com isso, aflora a intenção de aproximar a grafia portuguesa da latina. É o início do período denominado pelos estudiosos pseudoetimológico.

Esse período, que se inicia no século XVI e se estende até o ano de 1904, com a publicação da *Ortografia Nacional*, é conhecido como pseudoetimológico pela maior parte dos historiadores da língua que considera nunca ter existido na história da ortografia portuguesa um sistema ortográfico verdadeiramente etimológico. De acordo com Coutinho (1981), a grafia só é considerada “etimológica” quando “o critério adotado é respeitar, tanto quanto possível, as letras originárias das palavras, embora nenhum valor fonético representem” (p. 75).

A ortografia etimológica, ou pseudoetimológica, só atingiu seu apogeu em 1734, com a publicação da *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua*

1 *Cartilha Nacional* chegou à edição de número 246 e *Primeiro Livro de Leitura*, 119 edições.

2 A primeira edição desse dicionário é de 1813. O exemplar utilizado aqui pertence à sexta edição.

3 A primeira edição desse dicionário é de 1982 e a segunda edição de 1986.

portuguesa, de João Madureira Feijó. Conforme destaca Cavaliere (2000), o uso da grafia grega e latina era imperioso para marcar o vínculo da forma atual com a tradição linguística do português. Por essa razão, usavam as letras mudas, os grupos helênicos, a dupla representação de fonemas vocálicos e demais fatos ortográficos.

Para esse autor, o sistema etimológico é melhor denominado pseudoetimológico não só porque nem sempre correspondia à exata grafia da forma original do latim e grego clássico, mas, sobretudo, porque seu referencial etimológico era equivocado:

Tomou-se por fonte linguística do português a modalidade do latim escrito, erudito, usado na literatura e nos textos oficiais, quando mais propriamente dever-se-ia tomar por fonte a modalidade do latim vulgar. (2000, p. 197)

Melo (1975, p. 242), a esse respeito, ressalta:

Foi se complicando a grafia das palavras, por força da crescente influência latina e meia-ciência dos escritores e tratadistas, de modo que se chegou a um insuportável *estado de confusão e balbúrdia*.⁴

Para Coutinho (1981, p. 76), nessa fase, ocorre “um divórcio entre a língua falada e a escrita”. Pautado de ponto de vista semelhante, Rocha Lima (2001, p. 45) atribui à falta de segurança em relação aos conhecimentos linguísticos o fato que levou os autores a pregarem uma “ortografia pretensiosa e cheia de complicações inúteis, que desatendia aos princípios da evolução do idioma”.

Até princípios do século XX, esse estado perdurou, inspirando a criação de dois sistemas simplificados: o português e o luso-brasileiro. Como mencionado, Gonçalves Viana (1904) propõe um sistema novo, por meio do qual se restaura a perdida tradição medieval e se fixa a grafia das palavras com base na etimologia e na pronúncia.

No que diz respeito a essa periodização, o que se mostra mais relevante aqui é a terminologia usada para nomear o segundo período, pois nos parece questionável nomeá-lo como pseudoetimológico.

Antes de tudo, devemos considerar que a terminologia se deu, sobretudo, com base em textos literários e avulsos sem levar em consideração os trabalhos de normatização linguística dos tratados ortográficos. Devemos levar em conta também que, no texto metaortográfico, a grafia proposta pelos ortógrafos era baseada no que julgavam ser a etimologia naquela época, considerando-se que estudos linguísticos mais aprofundados surgiram nos séculos XIX e XX. Em razão disso, em consonância com Kemmler (2001), preferimos não usar a expressão “pseudoetimológico”, pois é impossível evitar uma conotação pejorativa, além disso, como ressalta Kemmler (2001, p. 298), “não podemos decerto julgar mal os que nos antecederam, por lhes faltarem recursos dos quais nós hoje dispomos, pois a arrogância que o termo presume nada tem a ver com filologia”.

É inegável que alguns grafemas estão em posição oposta à etimologia, principalmente em textos manuscritos e em outros gêneros textuais; entretanto, em se tratando de textos metaortográficos, como é o caso aqui, parece-nos mais adequado falar em ortografia “etimologizante”, pois, conforme lembra Kemmler (2001), o uso desses grafemas detinha

4 Grifo nosso.

funções de ordem prática. Por isso, "onde é possível supor um raciocínio⁵ por parte do ortógrafo, preferimos falar em atitudes etimologizantes, seja qual for a justificação dada pelo ortógrafo." (2001, p. 298)

Assim, antes de falarmos em atitudes pseudoetimológicas, teríamos de analisar para cada grafema as razões e as motivações que justificam ou não a forma assumida pela palavra. Dentre essas motivações, destacamos as funções de determinadas letras no contexto da palavra, a formação de palavras por analogia, os processos de assimilação.

A representação fonética e a representação etimologizante quase sempre estão em interação, reforçando a ideia de que não é possível falar em período etimológico nem mesmo pseudoetimológico, pois, embora uma ou outra tendência tenha ocorrido mais fortemente em dada época, nenhuma dominou por completo os textos metaortográficos; existiam apenas traços que se manifestavam com maior ou menor intensidade.

Por essa razão, além de averiguarmos a variação etimologizante das grafias, examinamos também as representações fonéticas por meio da análise dos índices grafo-fonéticos, observando as práticas que manifestavam correspondência entre o som e o grafema.

Existem ainda casos em que a grafia das palavras encontra-se em desacordo com a prescrição da gramática ou em desacordo com a etimologia; no entanto, não são consideradas, aqui, essas ocorrências como pertencentes à categoria de variação gráfica livre, pois são vocábulos registrados no dicionário.

Nessa categoria, só serão enquadradas, portanto, as palavras que, além de estarem em discordância com a prescrição gramatical, não estejam registradas no dicionário da época.

Análise dos vocábulos

Do *corpus* selecionado, levantamos 15.718 palavras, dentre as quais 365 enquadram-se na categoria de análise estabelecida, ou seja, são grafadas com letras geminadas, letras mudas, letras dos grupos helênicos, entre outros grafemas anteriormente mencionados.

Na análise, observamos, inicialmente, a ocorrência do grafema *h⁶*, nas palavras *sahiu*, *cahir*, *comprehendesse*, *atrahentes*, *bahú*, *extrahida*, *ahi*, *contrahir*.

O *h*, como notamos, está sendo usado para preencher uma função de distinção gráfica, no caso, para marcar o hiato, nas palavras: *sahiu*, *bahú*, *extrahida*, *ahi*. Esse uso não parece representar, aqui, o simples desconhecimento da etimologia, nem uma *ortografia pretensiosa* ou uma *complicação inútil*, como afirmam alguns estudiosos.

Essas palavras encontram-se registradas nessas formas no dicionário de Moraes Silva (1858), indicando uso corrente. Tal uso também está prescrito na gramática, como observamos em Ribeiro⁷ (1881):

5 Grifo nosso.

6 Como já mencionado, apresentamos aqui apenas um recorte dos vocábulos analisados.

7 Júlio Ribeiro é o gramático que apresenta e discute as normas ortográficas com maior riqueza de detalhes. De modo geral, as ideias ortográficas apresentadas pelos outros gramáticos aqui analisados mostram-se convergentes com as dele. É por essa razão que, no percurso analítico, priorizaram-se as prescrições expostas por Júlio Ribeiro.

Inclue-se o *h* entre as letras por uniformidade de classificação: na maioria dos vocabuloseportuguezesellenão passa de signaletymologico cuja utilidade é indicar a aspiração da palavra estrangeira raiz. Todavia em ‘bahia’, ‘cahir’, etc. serve para marcar a separação de vozes que sem seu auxilio poderiam ser tomados como formando diphthongos. (1881, p. 24)

E continua o autor:

Deve-se escrever com *h* as palavras em que o uso o admite para marcar a não existência de diphthongo, ex. *allahude*. Muitos marcam esta não existência de diphthongo por accento agudo, escrevendo *alaúde*, *saúde*. (1881, p. 32)

Mas para as palavras como: **compre**hende, **bahú**, **attra**hentes, **pro**hibir, a explicação é etimológica, pois, na passagem para o português, o *h* foi preservado (**compre**hende<comprehendere do latim, **bahú**<bahu / bahú do francês, **attra**hentes<attrahente do latim, **pro**hibido<prohibere do latim).

Ao compararmos as ocorrências, podemos inferir que a função do *h* de marcação de hiato foi construída analogicamente ao uso do *h* etimológico, que, de alguma forma, faz a separação entre as vogais: a-ttra- **hen**- tes/ ba-**hú**. De acordo com Coutinho (1976, p. 150), a analogia é o princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se reduzindo as formas irregulares e menos frequentes a outras regulares e frequentes. Por meio das palavras de Mario Barreto, Coutinho (1976, p. 150) explica que

[...] a analogia procede sobretudo por generalização modificando os fenômenos vizinhos segundo o modelo dos fenômenos que têm mais extensão, e é raro que o faça por extensão de um caso particular. [...] O resultado da analogia é essencialmente unificador. Ele tende a restabelecer a harmonia e o paralelismo das formas.

Dessa forma, constatamos que esse uso do *h*, por analogia, marca a atitude etimologizante das grafias, pois, embora a justificativa da ocorrência não esteja na história da palavra, está na sua função de hiato.

Encontramos, também, casos em que o grafema “h” foi usado no início do vocábulo, como em “**h**ontem” e “**h**ombro”. O vocábulo “hontem” etimologicamente não deveria ser grafado com o grafema *h*, como se verifica: hontem – *lat ad nocte*. A explicação provável está no fato de que essa palavra mantém, também por analogia, vínculo semântico com a palavra “hoje”, grafada em sua origem com *h*: *hodienu*s< hoje. Se assim for, podemos entender que é o raciocínio que leva à atitude etimologizante observada na grafia dessa palavra.

No caso de “hombro”, ao consultar o dicionário de Moraes Silva (1858), verificamos o registro da forma latina *humerus* com *h*, sendo, portanto, um raciocínio etimológico. Entretanto, segundo dicionários atuais, na forma latina dessa palavra não há o emprego do grafema *h*, como se observa em Cunha (2007) e Gomes Ferreira (1991): *umerus*. É interessante observarmos que esses dicionários registram que tanto no francês quanto no inglês essa palavra era escrita com *h* inicial no século XIX.

Em relação às aspiradas greco-latinas, cujos usos sempre foram alvo de celeumas, verificamos, do mesmo modo, estarem de acordo com a recomendação das gramáticas e do dicionário. No caso de vocábulos em que o *fê* é representado pelo grafema *ph*, o

uso só é indicado quando o vocábulo for originário da língua grega. Foram justamente as ocorrências encontradas no material analisado: **orphão**<orphanós (grego), **phónico**<phoné (grego), **orthographia**<orthographía (grego), **phosphoro**<phosphóros (grego), **diphthongos**<díphthongos (grego), **phrases**<phrásis (grego), dentre muitas outras. É possível afirmar, portanto, que as palavras grafadas com *ph* examinadas estão de acordo com a indicação, visto que todas são de origem grega, consoantes, desse modo, com a orientação das gramáticas e dicionário do período.

No que concerne à modificação vocal “te”, em certos casos, sua representação gráfica pode ocorrer por meio dos grafemas *pt* e *th*. Segundo a orientação de Júlio Ribeiro (1881), o grafema *pt* deve ser usado nos derivados de vocábulos gregos e latinos. Quanto ao *th*, o gramático prescreve que só se deve usá-lo nos derivados de vocábulos gregos. É o caso de algumas palavras coletadas que representam esses grafemas: **ecripta**<scriptus (latim), **assumpto** <assumptus (latim) e **throno**<thrónos (grego), **arithmetica**<arithmetiké (grego), entre outros vocábulos examinados. Como vemos, o grupo de palavras grafadas com *pt* e *ph* está de acordo com a norma exposta na gramática, grafadas com esses grafemas devido à etimologia.

Além de examinar a ocorrência de variação gráfica etimologizante, nesta investigação buscamos, como já mencionado, averiguar a variação grafo-fonética e a variação gráfica livre presentes no *corpus* selecionado. Constatamos que, do total de palavras coletadas, apenas 8,49% se enquadram na categoria grafo-fonética. Embora estejamos falando de uma grafia que se aproxima da pronúncia, que tende a variar, encontramos certa estabilidade nos vocábulos encontrados, pois são grafados da mesma maneira.

Isso nos leva a crer que também nessa categoria grafemática havia um padrão, uma estabilidade. A reincidência do mesmo vocábulo em documentos diferentes e a ocorrência de vocábulos diferentes, mas explicada pelo mesmo fenômeno grafo-fonético, como vemos adiante, indica que as palavras pertencentes a essa categoria não representavam a pronúncia individual, ou a escolha um modo de falar de um grupo restrito. Aliás, as propostas ortográficas verdadeiramente fonéticas eram, e ainda hoje são, rejeitadas justamente por serem ideais e por representarem um indivíduo, um grupo ou uma região. Sobre isso informa Coutinho (1976, p. 136):

As mudanças fonéticas não são individuais, ao contrário, são sempre coletivas, pois quando uma pronúncia se desvia ou se afasta da que é comumente usada, em determinado meio, o que frequentemente observa é uma repulsa a ela, não o desejo da imitação.

Em relação a essa categoria, destacamos inicialmente o fenômeno da redução. Em um vocábulo a correspondência entre o som e o grafema deve-se à redução quando as vogais “e” e “o” postônicas são pronunciadas de modo mais brando. Esse modo de pronunciar é devido ao fato de só haver uma sílaba tônica na palavra, fazendo com que as vogais “e” e “o” da sílaba átona postônica soem como “i” e “u”, como nos casos das palavras “pede” (pronunciada como *pedi*) e “cachorro” (pronunciada como *cachorru*). É justamente esse fenômeno que explica a grafia do vocábulo “quasi” utilizado na *Cartilha da Infância* e na *Cartilha Nacional*, escritos exatamente do mesmo modo. É também desse modo que esse vocábulo está registrado no dicionário de Moraes Silva, o que reforça o indício de haver estabilidade ortográfica mesmo em ocorrências grafo-fonéticas.

No que diz respeito à palavra “ideia”, do grego “Idea”, podemos dizer que é também devido à pronúncia que houve o acréscimo do “i” na grafia. De acordo com Cavaliere (2005, p. 60), alguns especialistas aludem ao processo de diferenciação esse tipo de fenômeno. Nesse caso, pode ocorrer a ruptura da continuidade de uma posição articulatória, seja segmentando um som único, seja intensificando a diferença entre os sons semelhantes e contíguos. Ao primeiro caso, dá-se o nome de *diferenciação criada*, pois ocorre entre fases sucessivas de um só fonema; ao segundo, dá-se o nome de *diferenciação aprofundada*.

O processo de ditongação é considerado o caso mais evidente da diferenciação criada. A partir desse processo, a vogal, em posição inicial de um hiato, alonga-se além do tempo normal. Nessa situação, os órgãos da fala dificilmente mantêm sua posição articulatória durante toda a emissão do som, iniciando um movimento de abertura ou fechamento que modifica o timbre em grau maior ou menor. O resultado disso é a criação de uma semivogal em decorrência da variação de timbre, a ditongação. Na palavra ‘idea’, o ‘e’ tônico, em posição inicial do hiato, alonga-se, provocando, com isso, alteração de timbre no segmento final de sua articulação. Disso resulta um glide com traços de consoante contínua palatal oral /j/⁸ que é em muitos casos representada graficamente pela letra ‘i’, como o vocábulo “ideia”, presente na *Cartilha Nacional*.

Nos processos analógicos, há, conforme afirma Coutinho (1976), sempre dois termos: um ativo e outro passivo. É considerado termo ativo o que exerce a influência ou serve de modelo; enquanto o termo passivo sofre a influência ou é modelado. Em relação ao termo ativo, Sá Nogueira (1937, p. 17) assinala sobre a necessidade de se atender algumas condições:

1. Que seja de uso mais geral: diz-se ‘negoceio’ por ‘negocio’, e não se diz ‘passio’ por “passeio”, porque os verbos terminados em ‘ear’ são muito mais abundantes que os terminados em ‘iar’;
2. Que seja mais de harmonia com a índole da língua: passou-se a dizer ‘asa’ em vez de ‘as’ (forma contracta do arc. ‘aas’, do latim ‘alas’), porque, sendo feminino aquele vocábulo, necessitava terminar em ‘a’, para segundo a índole de nossa língua, ter o aspecto feminino;
3. Que, pertencendo a um grupo, cujos elementos se costumam dispor em determinada ordem, ocupe na escala lugar anterior: a forma arcaica ‘cinque’, proveniente do latim ‘quinque’, deve ter passado a ‘cinco’ por analogia com ‘quatro’, que na escala numérica ocupa lugar anterior;

8 De acordo com Cavaliere (2005, p. 102), palavras como ‘meio, receio’ têm recebido tratamento plural nos compêndios descritivos do português, tendo em vista a sequência de três fonemas vocálicos sem base medial, ou seja, sem constituir tritongo. A tradição gramatical costuma ver nesses casos uma sequência ditongo mais vogal (mei-o) ou de vogal mais ditongo (me-io), Alguns autores atestam a duplicidade articulatória da semivogal de que resulta um hiato entre ditongos [meyyo] (BECHARA, 2001, p. 564).

Considerando a tradição latina de um ‘i’ consonântico de dois tempos elocucionais em ambiente intervocálico, não julgamos incabíveis interpretar o i que aparece nas palavras em tela como uma dupla manifestação da semivogal [yy] – conforme observamos no item, a semivogal é um fonema com traço consonantal fricativo -, com a ressalva de que o efeito acústico dessa sequência equivale a uma espécie de consoante palatal contínua. Em outras palavras, alguns falantes do português articulam efetivamente as duas semivogais em sequência, mas outros produzem uma ligação tão estreita entre elas que o efeito é de uma variante articulada como consoante em dois tempos, que representamos aqui pelo símbolo /j/. Por esse motivo, transcrevemos foneticamente essas sequências da seguinte forma: ‘maio’ [majɔ].

4. Que, referindo-se às flexões gramaticais, ocupe categoria mais nobre: as formas do latim clássico ‘tuus’ e ‘suus’ passaram no popular a ‘teus’ e ‘seus’ por analogia com ‘meus’, e não se deu o contrário, porque a
5. Primeira pessoa gramaticalmente é mais nobre do que as outras.

É exatamente a primeira condição apontada por Sá Nogueira que explica o uso de “passeiavam” no livro de Felisberto de Carvalho.

Além disso, há grafias que são explicadas pela assimilação. Segundo Coutinho (1976, p. 151), deve-se ter cuidado para não confundir a analogia e a assimilação. A primeira “resulta da influência de um vocábulo sobre o outro, determinando igualdade ou aproximação; ao passo que, a segunda, visa à identidade ou a semelhança dos fonemas, na mesma palavra” (COUTINHO, 1976, p. 151).

É um fenômeno de assimilação que explica a grafia das palavras: **cousa** <causa (latim), **dous**< duo, **duae** (latim).

Nesse caso, o fenômeno da assimilação está na mudança de pronúncia do ditongo “au” para “ou” e do ditongo “uo” para “ou”. A aproximação e identidade dos fonemas é resultado da influência que um exerce sobre o outro. De acordo com Cavaliere (2005, p. 59), a assimilação consiste

[...] na ação assimilatória de um fonema sobre o outro, de que resulta uma modificação desse último a ponto de dele aproximar-se (assimilação parcial) ou a ele igualar-se (assimilação total). Em *pidido*, por *pedido*, por exemplo, a harmonização da vogal pretônica com a alta tônica resulta de um caso de assimilação total regressiva, visto que a vogal modificada iguala-se à modificadora e está em posição anterior a essa. Já em ‘surrupiar’, forma variante de *surrupiar*, a assimilação é total progressiva, dado que o fonema modificado é posterior ao modificador.

Nos documentos analisados, notamos que há maior ocorrência de palavras terminadas em ditongo “ae” e “aes”, quando em palavras que denotam plural. De acordo com a regra apresentada por Ribeiro (1881, p. 46) em sua gramática, esses ditongos devem ser usados na segunda pessoa do plural do presente do imperativo dos verbos da primeira conjugação, ex.: *amae* – *dae* – *perdoae*, o que explica o uso de “livrae”, na *Cartilha da Infância*. Nota-se que verbos de natureza anômala, como o verbo “vae”, segue a mesma regra dos verbos de primeira pessoa provavelmente por analogia, já que existe a tendência por parte do falante de regularizar as formas anômalas ou irregulares, passando-as aos padrões mais regulares, como nos casos, por exemplo, da tendência da criança de dizer “eu fazi” por analogia a “eu vendi, eu pedi”. É também, ao que tudo indica, a analogia que explica a grafia dos verbos: *exclue*, *suubstitutue*

No caso do plural formado por *aes*, Ribeiro (1881) propõe que se use esse grafema em nomes terminados por “al”, como ocorre nos vocábulos: *essenciaes*< (essencial) *essentialis* (latim), *especiaes*< (especial) *specialis* (latim), *taes*< (tal) *talis* (latim), *vogaes*< (vocal) *vocalis* (latim), *iniciaes*< (inicial) *initalis* (latim), *capitaes*< (capital) *capitalis* (latim), *ruraes*< (rural) *ruralis* (latim) entre outras.

As palavras “federaes” e “nacionaes”, embora sejam de origem francesa, também seguem a mesma regra. Nesses casos, supostamente, é a analogia que explica a grafia do

ditongo “ae” nesses vocábulos. Afinal, conforme explica Cavaliere (2005), o fenômeno da analogia se dá devido ao vínculo semântico ou morfológico que certas palavras mantêm entre si. No caso das palavras citadas, o vínculo é morfológico.

Em relação ao uso do ditongo *ao* usado na palavra “mãos”, podemos dizer que está adequadamente empregado, pois, como prescreve Maciel (1916), a representação gráfica do som “au” deve ser “ao” na terminação dos oxítonos. A partir da orientação do gramático, e também se baseando na ocorrência desse vocábulo no dicionário, embora esteja também registrado “mau”, podemos afirmar que se trata de um caso em conformidade com o padrão normativo.

É também a regra explicitada na gramática que explica a grafia do vocábulo “céos”: usa-se é *o accentuado na terminação dos oxytonos exemplo: chapéo, céo* (1916, p. 69). Além de a grafia estar justificada pela regra, e também constar na gramática como um caso exemplar para o emprego desse grafema, o dicionário de Moraes Silva (1858a) registra a ocorrência com esse modo de grafar, embora registre também a palavra “céu”.

Como já mencionado antes, há casos em que um vocábulo tem uma grafia que não se enquadra nem na tendência etimologizante, nem na grafo-fonética. São casos que, além de não atenderem às prescrições expostas nas gramáticas, não são registrados no dicionário. Essas ocorrências são aqui tratadas como variação gráfica livre. Nos documentos examinados foram encontrados poucos vocábulos dessa categoria grafemática: as palavras *paraízo, geito, sapoty*, além do já mencionado *guella*.

No caso de “paraízo”, verificamos que não há esse registro no dicionário. Encontra-se registrado “paraíso”, originário do latim “paradisus”. Além disso, essa grafia contraria a prescrição da gramática, na medida em que a orientação do emprego preferível, segundo Maciel (1916, p. 71), é “‘s’”, por ser letra mais geral, mais vezes de acordo com a etimologia do que o ‘z’”.

Outra palavra que contraria a norma proposta pelos gramáticos da época é “geito”. Em primeiro lugar porque em latim a palavra é **escrita com “j”**, *jactus*, e, em segundo, porque Ribeiro (1881) afirma que se deve usar o “g” antes de “e, i, y”, como em *gelo, gibba*, e “j” antes de “a, o, u”, mas exceptua-se *jeitar*.

Enquadrou-se nessa categoria o vocábulo “sapoty” por se tratar de uma palavra não registrada no dicionário etimológico da época. Além disso, ao consultarmos o dicionário atual, verificamos que a origem é castelhana, “zapore”, derivada de *náuateletzápoti*. Como podemos notar, não é também a etimologia que explica essa grafia.

A partir desse percurso analítico, portanto, constatamos que, na segunda metade do século XIX, havia um sistema ortográfico estável e normatizado. Comprovamos que os grafemas de usos mais discutidos e polêmicos ao longo da história da ortografia apresentaram-se nos livros didáticos, documento de abrangência nacional e de importância indiscutível, consonante às normas gramaticais vigentes naquela época, particularmente, às prescrições de Júlio Ribeiro em sua *Grammatica Portugueza* (1881).

Conclusão

Parece inaceitável falar que no Brasil oitocentista não havia ortografia, que não havia textos com uniformidade ortográfica e “que os autores se utilizavam dos mais diversos e disparatados recursos gráficos, quase sempre em desacordo com as gramáticas ou os manuais de ortografia” (SILVA, M., 2009, p. 166). Talvez, como já dito, a variação gráfica livre esteja presente em textos manuscritos e/ou literários. Cabe lembrar que se trata de uma época em que era baixo o número de pessoas que frequentavam a escola e que, por consequência, eram restritos os hábitos de leitura e escrita, o que, certamente, favorecia a dificuldade de se ter uma grafia uniforme, particularmente, em se tratando de textos manuscritos. Além disso, o nacionalismo linguístico que levava alguns escritores a defenderem a existência de uma língua brasileira levava-os também à defesa de uma ortografia brasileira que os motivava a escrever de modo particular. Devido a esses fatores, a possibilidade de se encontrarem divergências ortográficas em seus textos não pode ser descartada.

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos vocábulos analisados, 76,16%, são dicionarizados e têm suas grafias fundamentadas pelos preceitos do dicionário etimológico de Moraes Silva (1858a). Tais resultados permitem dizer, portanto, que não é possível falar em sistema ortográfico pseudoetimológico de modo generalizado, por não fazer justiça ao sistema ortográfico do período; na mesma medida, também não é possível falar em ortografia etimológica, pois havia, em alguns casos, erros quanto à etimologia. Sem falar da variação grafo-fonética, cuja existência elimina a hipótese de haver um sistema puramente etimológico. Por essas razões sustentamos a afirmação de que a ortografia era etimologizante no caso de vocábulos cuja escolha grafemática não era decorrente da história das palavras, mas de um raciocínio dos ortógrafos pautado, muitas vezes, pela analogia, ou pelas normas apresentadas pelos gramáticos.

Em síntese, afirmamos que havia um sistema ortográfico em vigor no final do século XIX, o qual era prescrito pelas gramáticas brasileiras, e seguido pelos autores dos documentos analisados. Além disso, verificamos que o uso de grafemas de origem grega e latina, quando não explicados pela etimologia, eram explicados por uma atitude etimologizante um processo lógico, não simplesmente opções exageradas ou infundadas, mas “autorizados” também pelo dicionário. Desse modo, concluímos que, embora não houvesse uma lei destinada à oficialização do sistema ortográfico que, portanto, determinaria quais normas deveriam ser seguidas, um sistema ortográfico foi tido como ideal e seguido nos documentos oficiais.

Denominar todo um período de pseudoetimológico pelo fato de não estar diretamente vinculado à verdadeira etimologia da palavra é negar todo o processo de construção de um saber desenvolvido em uma época. O processo de grafar as palavras no século XIX, a partir do olhar da época, tira-lhe o peso da marca preconceituosa de espontaneísta, até mesmo de errônea e de irresponsável.

Foi, em verdade, o referencial etimológico da época o que possibilitou a saída dessa noção reducionista do período que desconsidera o fato de que as propostas ortográficas de maior representação do século XIX foram apresentadas por filólogos e gramáticos. Isso porque, como evidente, o vocábulo e o ato de constituir sua grafia foram averiguados com a devida imparcialidade diante desse objeto.

Entretanto essa postura não oblitera a visão do analista, de modo que a existência de erros ortográficos foi observada e considerada, porém, mais uma vez, sem a descon sideração dos processos lógicos nas escolhas grafemáticas. É o caso, por exemplo, dos processos analógicos que ocorrem pela criação de uma grafia à imagem de outra por meio de associações de nível semântico, morfológico, fonético.

Esse processo favorece a uniformização dos usos gráficos, porque é tendência do usuário de uma língua buscar, consciente ou inconscientemente, a harmonização de usos. Essa busca não caracteriza anarquia ortográfica, pelo contrário, como já ressaltado, estabilização a bem da comunicação escrita. Evidentemente, a estabilidade não se constituiu como lei, mas como norma a ser utilizada em órgãos públicos. A lei adviria de contratos prévios entre Brasil e Portugal, ou seja, de um posicionamento político de ambos os países. Novamente, a inexistência de lei não implica necessariamente ausência de padrões disciplinadores do uso grafemático grego ou latino em certos vocábulos.

Nesse sentido, vale lembrar que poucos países têm seus sistemas ortográficos regidos por leis, como ocorre aqui atualmente, mas nem por isso possuem ortografia irregular. É claro que nos dias atuais a escola e a imprensa, ou seja, os órgãos oficiais, têm papel fundamental na manutenção da uniformidade, como já havia no século XIX por meios dos órgãos censores.

É justamente esse dado, no caso de modo contrário, que foi considerado ao nos referirmos ao século XIX brasileiro. A falta de rigor e a livre escolha não estavam presentes em textos oficiais, mas em manuscritos, cartas pessoais, textos literários. Em relação aos textos manuscritos, é preciso levar em conta que era grande o número de pessoas que não tinham acesso à escola e à leitura, o que, obviamente, aumentava a possibilidade de elas estarem afastadas da grafia veiculada pela escola por meio dos livros didáticos.

Por fim, este trabalho aponta para a possibilidade novas investigações. Seria interessante a ampliação desse *corpus* a gêneros de outras esferas oficiais, pois a verificação do cumprimento dessas normas em outros setores da sociedade daria maior dimensão do uso ortográfico nos anos oitocentos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. dos R. *A ortografia da língua portuguesa na segunda metade do século XIX e início do século XX: dos projetos de reforma ao acordo ortográfico de 1931*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. *Ortografia brasileira oitocentista nos livros didáticos e na Constituição de 1891: norma ou anarquia?* Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

AGUIAR, M. dos R.; FÁVERO, L. L. Nacionalismo Linguístico e conservadorismo na ortografia brasileira. In: SILVA, M. P. da. *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 133-148.

AUROUX, S. Histoire de sciences et entropie des systèmes scientifiques. In: SCHMITTER, P. (Org.). *Gescheichte der Sprachtheorie*. Tübingen: Gunter Narr, 1987. p. 20-42 (Introduction).

_____. *Historie des idées linguistiques*. Bruxelas: Mardaga, 1992.

BITTENCOURT, C. M. F. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História Social?) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CAGLIARI, L. C. Algumas reflexões sobre o início da ortografia da língua portuguesa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 27, p. 103-111, 1994.

_____. Aspectos teóricos da ortografia. In: SILVA, Maurício Pedro da. *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009a. p. 17-52.

_____. *A história do alfabeto*. São Paulo: Paulistana, 2009b.

CAVALIERE, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal de Fluminense, 2000.

_____. *Pontos essenciais em fonética e fonologia*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

COUTINHO, I. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

GALHARDO, T. *Cartilha da Infância: ensino da leitura*. 41. ed. (modificada e ampliada pelo professor Romão Puiggari). Rio de Janeiro: Livraria Classica de São Francisco Alves & Cia., 1908.

GOMES, A. *Grammatica Portugueza*. 17. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1918.

KEMMLER, R. *Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metateórico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911*. Frankfurt: Instituto Camões, 2001.

_____. Para uma história da ortografia simplificada. In: SILVA, M. P. da (Org.) *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 53-114.

MACIEL, M. *Grammatica da Lingua Portugueza*. 6 ed. São Paulo: Francisco Alves & Cia., 1916.

ORLANDI, E. P. *História da Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. São Paulo: Pontes; Mato Grosso: Unemat Editora, 2001.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, H. *Cartilha Nacional: ensino simultaneo da leitura e calligraphia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typografia de Jorge Seckler, 1881.

SÁ NOGUEIRA, R. *Subsídios para o estudo das consequências da analogia em português*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1937.

SILVA, A. M. de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typhografia de Antonio José da Rocha, 1858a.

SILVA, J. P. da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2009a.

SILVA, M. P. da. A academia Brasileira de Letras e a reforma ortográfica no Brasil. In: SILVA, M. P. da. (Org.) *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009b.

SILVA, M. P. da S. Jr.; ANDRADE, B. P. L. de. *Grammatica da Lingua Portugueza*. 2. ed. São Paulo: Livraria Clássica de Alves & Cia., 1894.